



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO nº1/2023

TRANSPORTES ESCOLARES ESPECIALIZADOS EM REGIME PARTICULAR
PARA
A ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

CADERNO DE ENCARGOS

ANO LETIVO DE 2023/2024

Aprovado a 14 de julho de 2023,

por deliberação do conselho administrativo, no uso de competência
delegada por despacho para o efeito

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de transportes escolares especializados, com início a 12 de setembro de 2023 e termo a 30 de junho de 2024, destinado aos alunos que residem a mais de 2 Km da escola da sua residência, ao transporte de alunos da Educação Especial que frequentam a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória e ao transportes dos alunos que realizam a formação em contexto de trabalho.

ARTIGO 2.º

CONTRATO E PREVALÊNCIA

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
- 2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

ARTIGO 3.º

PRAZO CONTRATUAL

O contrato terá início a 12 de setembro de 2023, e termo a 30 de junho de 2024, apenas havendo lugar a serviços de transporte nos dias de atividade letiva, de acordo com o calendário escolar, a saber:

a) Atividades letivas:

1º Período - de 12 de setembro de 2023 a 15 de dezembro de 2023

2º Período - de 3 de janeiro a 22 março de 2024;

3º Período - de 8 de abril a 14 de junho de 2023;

ARTIGO 4.º

PERCURSOS

O transporte deve ser efetuado entre os locais referentes aos circuitos n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, mencionados nos anexos I e II do presente caderno de encargo, sempre de modo a possibilitar que as aulas comecem nos horários indicados.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

ARTIGO 5.º

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Transportar as crianças entre os locais indicados no anexo I do presente caderno de encargo em veículos homologados, licenciados e equipados com cintos de segurança e cadeiras de retenção individuais;
- b) Garantir que as crianças estão no seu destino, entre 10 a 20 minutos antes das horas indicadas para o início das aulas;
- c) Manter os veículos nas melhores condições de segurança, efetuando atempadamente todas as manutenções/revisões que se revelem necessárias e adequadas.



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

ARTIGO 6.º

PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE

1 - Pela prestação de serviços, a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, deve pagar o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, preço que será igual ou inferior a € 264 434,40 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e quarenta centimos) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

- Os preços base para cada lote são os seguintes:

- a) Lote 1 - Circuito n.º 1: € 24 057,00 (vinte e quatro mil e cinquenta e sete euros), para transportar 36 alunos;
- b) Lote 2 - Circuito n.º 2: € 31 392,90 (trinta e um mil trezentos e noventa e dois euros e noventa centimos), para transportar 44 alunos;
- c) Lote 3 - Circuito n.º 3: € 24 505,80 (vinte e quatro mil cento quinhentos e cinco euros e oitenta centimos), para transportar 30 alunos;
- d) Lote 4 - Circuito n.º 4: € 10 741,50 (dez mil setecentos e quarenta e um euros e cinquenta centimos), para transportar 6 alunos;
- e) Lote 5 - Circuito n.º 5: € 15 981,00 (quinze mil novecentos e oitenta e um euros), para transportar 6 alunos;
- f) Lote 6 - Circuito n.º 6: € 5 682,60 (cinco mil seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta centimos), para transportar 7 alunos;
- g) Lote 7 - Circuito n.º 7: € 14 553,00 (catorze mil quinhentos e cinquenta e três euros), para transportar 3 alunos;
- h) Lote 8 - Circuito n.º 8: € 18 480,00 (onze mil quatrocentos e vinte e quatro euros), para transportar 2 alunos;
- i) Lote 9 - Circuito n.º 9: € 13 513,50 (treze mil quinhentos e treze euros e cinquenta centimos), para transportar 17 alunos;
- j) Lote 10 - Circuito n.º 10: € 19 404,00 (dezanove mil quatrocentos e quatro euros), para transportar 27 alunos;
- k) Lote 11 - Circuito n.º 11: € 13 582,80 (treze mil quinhentos e oitenta e dois euros e oitenta centimos), para transportar 6 alunos;
- l) Lote 12 - Circuito n.º 12: € 5 544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro euros), para transportar 1 aluno;



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

- m) Lote 13 - Circuito nº 13: € 4 851,00 ((quatro mil oitocentos e cinquenta e um euros), para transportar 1 aluno;
 - n) Lote 14 - Circuito nº 14: € 9 702,00 (nove mil setecentos e dois euros), para transportar 2 alunos;
 - o) Lote 15 - Circuito nº 15: €10 048,50 (dez mil e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos), para transportar 4 alunos;
 - p) Lote 16 - Circuito nº 16: €2 730,00 (dois mil e setecentos e trinta euros), para transportar 4 alunos;
 - q) Lote 17 - Circuito nº 17: €3 225,60 (três mil duzentos e vinte e cinco e sessenta cêntimos), para transportar 2 alunos;
 - r) Lote 18 - Circuito nº 18: €1 881,60 (mil oitocentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), para transportar 3 alunos;
 - s) Lote 19 - Circuito nº 19: €9 609,60 (nove mil seiscentos e nove euros e sessenta cêntimos), para transportar 1 aluno;
 - t) Lote 20 - Circuito nº 20: €2 822,40 (dois mil oitocentos e vinte e dois euros e quarenta cêntimos), para transportar 2 alunos;
 - u) Lote 21 - Circuito nº 21: €2 016,00 (dois mil e dezasseis euros), para transportar 1 aluno;
 - v) Lote 22 - Circuito nº 22: €2 419,20 (dois mil e quatrocentos e dezanove euros e vinte cêntimos), para transportar 2 alunos;
 - x) Lote 23 - Circuito nº 23: €14 196,00 (catorze mil e cento e noventa e seis euros), para transportar 3 alunos;
 - y) Lote 24 - Circuito nº 24: €3 494,40 (três mil e quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos), para transportar 1 aluno;
- 2 - O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
- Os alunos a transportar têm idades compreendidas entre os 3 e os 15 anos.

ARTIGO 7.º

VALORES MÁXIMOS POR TIPOLOGIA DE TRANSPORTE

- 1 - Os valores máximos a considerar por tipologia de transporte não podem ultrapassar os mencionados na seguinte tabela, aprovada pela Direção Regional da Educação:



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

Tipo de transporte	Preço/Km
Autocarro	
30 - 55 Lugares	4,50 €
20 - 30 Lugares	3,95 €
Carrinha	
6 - 8 Lugares	2,10 €
Carrinha Adaptada	
6-8 Lugares	5,60 €

2 - Deve ser considerado como valor máximo por km, para os circuitos de aluguer em carrinha de 6 a 8 lugares (que não sejam táxis), o valor de 2,10 €.

3 - A tipologia dos veículos a afetar à prestação de serviços deve, sempre, ser adequada ao número de crianças a transportar.

ARTIGO 8.º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - As quantias devidas pelo contraente público, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas no prazo limite de 60 dias a contar da data da apresentação das faturas, as quais só devem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, havendo lugar ao pagamento de juros de mora nos termos legais se esse prazo não for cumprido.

2 - Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao cocontratante, por escrito, num prazo de 15 dias, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida em igual prazo.

3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária, para o número de identificação bancária e instituição indicados pelo adjudicatário.

4 - O contraente público dispõe do prazo de 10 dias para discordar das faturas apresentadas.

5 - Não serão pagos quaisquer adiantamentos.



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

ARTIGO 9.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1 - O cocontratante não poderá subcontratar nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do contraente público.

2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao cocontratante no presente procedimento;

b) O contraente público apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 33.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

ARTIGO 10.º

DEVERES DE INFORMAÇÃO

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais de boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

CAPÍTULO III

PENALIDADE CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

ARTIGO 11.º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1 - Em caso de atraso do cocontratante no cumprimento das alíneas a) e b) do artigo 5.º do presente caderno de encargos serão aplicadas as seguintes sanções pecuniárias de natureza contratual:

a) Dez por cento (10%) do valor diário do circuito afetado, por cada 5 minutos de atraso em relação aos horários definidos para as crianças chegarem ao seu destino;

b) Dez por cento do valor contratual (10%) se ocorrer algum acidente, ainda que inconsequente, por falta de manutenção/revisão do veículo acidentado;



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

2 - As sanções pecuniárias de natureza contratual poderão ser aplicadas até ao limite de 20% do valor contratual.

3 - As sanções pecuniárias de natureza contratual previstas no número 1 consideram-se aplicadas por comunicação ao cocontratante, através de carta registada com aviso de receção.

4 - As sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante são devidas a partir da data de receção da comunicação referida no número anterior, sendo pagas por dedução no valor da fatura emitida imediatamente após a receção daquela notificação, ou, em alternativa, no prazo de 30 dias a contar da mesma comunicação.

ARTIGO 12.º

RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO

1 - O contraente público pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) se for alcançado o montante máximo das sanções pecuniárias de natureza contratual previstas no artigo anterior;
- b) se o cocontratante incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no contrato;
- c) se o cocontratante se encontrar em situação de dissolução ou insolvência;
- d) se o cocontratante ceder a sua posição contratual ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia do contraente público.

2 - A resolução do contrato é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção, para a sede ou para o domicílio do cocontratante e produz efeitos a partir da data da sua receção.

ARTIGO 13.º

EFEITOS DA RESOLUÇÃO

1 - Em caso de resolução do contrato pelo contraente público por facto imputável ao cocontratante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, no valor de 10% do valor global do contrato.

2 - A indemnização é paga pelo cocontratante no prazo de 30 dias após a notificação para esse efeito.

3 - O disposto no número anterior não prejudica a reclamação, em contencioso, de indemnização por valor superior, se para tanto existir fundamento.



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

ARTIGO 14.º

MORA DO CONTRAENTE PÚBLICO

- 1 - Os pagamentos devidos pelo contraente público há mais de 60 dias, vencem juros à taxa legal em vigor.
- 2 - O cocontratante poderá resolver o contrato com fundamento em mora igual ou superior a 30 dias (mais de 90 dias após a aceitação da fatura), desde que o montante em dívida seja superior a 25% do valor contratual.
- 3 - Se o montante da dívida for inferior a 25% do valor contratual, a mora apenas será fundamento de resolução por parte do cocontratante, se for superior a 60 dias (mais de 120 dias após a aceitação da fatura).

ARTIGO 15.º

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- 1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se por acaso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no procedimento.
- 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 3 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 16.º

NÚMERO DE ALUNOS

O número de alunos descritos em cada lote - circuito (Anexo I), do presente caderno de encargos são valores estimados, pelo que poderão verificar aumentos ou diminuições dos mesmos após o início do ano escolar, mantendo o adjudicatário as condições de preço e serviço oferecidos.



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Direção Regional da Educação e Administração Educativa



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA

ARTIGO 17.º

VEÍCULOS

- 1 - Na execução dos serviços que constituem o objeto do presente caderno de encargos só poderão ser utilizados veículos adequados ao tipo de transportes, nomeadamente em termos de lotação e de características regulamentares, devidamente inspecionados e licenciados nos termos da legislação em vigor.
- 2 - Os veículos licenciados como táxi, quando afetos a esta prestação de serviços, estão sujeitos às normas legais que regulam o transporte coletivo de crianças.
- 3 - A identificação de veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 18.º

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

O co contraente é obrigado a assegurar a existência e manutenção em vigor de um seguro de responsabilidade civil adequado ao exercício da atividade, nos termos e nas condições estabelecidas na legislação aplicável.

ARTIGO 19.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 20.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores.